

PLANO DE ATAQUE CONTRA TODOS OS INIMIGOS

Bernardo Futscher Pereira

Tanto foi já dito acerca destes dois livros que mais vale formular directamente um juízo: o mais interessante é o de Richard Clarke, agora traduzido para o mercado português¹. Enquanto Woodward adopta o tom deliberadamente asséptico que tem vindo a aperfeiçoar na sua longa carreira de cronista já quase oficial do poder, Clarke fala, de forma vívida e emotiva, da sua experiência pessoal de trinta anos como alto funcionário de sucessivas administrações norte-americanas, os últimos dos quais como responsável máximo na Casa Branca pela luta contra o terrorismo. O seu relato dá perspectiva histórica aos acontecimentos de 11 de Setembro de 2001, o que os precedeu e o que lhes sucedeu.

A narrativa de Clarke ajuda a compreender como os Estados Unidos se viram cada vez mais envolvidos numa área que podemos designar como o Grande Médio Oriente, para utilizar um termo muito contestado introduzido na agenda internacional pela actual administração. O momento histórico em que nos encontramos é precisamente aquele em que essa área, que vai

RICHARD A. CLARKE

**Against
all Enemies**

Londres
Simon & Schuster
2004, 304 páginas

BOB WOODWARD

**Plan
of attack**

Londres
Simon & Schuster
2004, 467 páginas

desde o Afeganistão até Marrocos, passando pelo Paquistão, assume alguma consistência como caldo de cultura para o mais radical desafio ideológico à democracia liberal desde a falência do comunismo: o fundamentalismo islâmico, dinamizado pelo ódio ao Ocidente e cuja franja mais radical é polarizada por bin Laden.

Clarke ajuda a compreender como, culminando com a invasão do Iraque, se teceram, numa só teia, várias tramas inicialmente dispersas ou ligadas por ténues fios. É uma história complexa, que se inicia em 1979, e que tem dois protagonistas principais: os Estados Unidos da América e Osama bin Laden.

A TEIA DE BIN LADEN

Na transição de Carter para Reagan iniciou-se, aos tropeções, a história do envolvimento militar americano no golfo Pérsico. O pilar da estratégia americana na região desmoronou-se com a revolução iraniana em 1979. Nesse mesmo ano, a União Soviética invadiu o Afeganistão. Ainda no tempo de Carter, foi determi-

nada a constituição da *Rapid Deployment Force*, primeiro dispositivo militar norte-americano orientado especificamente para o golfo Pérsico. Começou pouco depois a presença militar na Arábia Saudita, que está na origem do fenómeno bin Laden.

Foi também nos anos 80 que a Arábia Saudita, a nadar em dinheiro após o segundo choque petrolífero, e confrontada com o esforço prosélito do Irão junto dos xiitas, através do Hizbollah, embarcou em força na propagação da sua versão sunita e wahabita do fundamentalismo islâmico, financiando por todo o mundo islâmico mesquitas e obras caridosas.

Em 1990, a invasão do Kuwait pelo Iraque produziu nova aceleração do envolvimento americano na região. Da I Guerra do Golfo, ficou uma forte presença de tropas americanas na Arábia Saudita e um problema por resolver no Iraque, chamado Saddam Hussein. Foi também por essa altura que bin Laden formou a Al-Qaida, elegendo os Estados Unidos como alvo principal.

Clarke conta que a Administração Clinton só se apercebeu da existência da Al-Qaida na Primavera de 1996, já depois de bin Laden ter partido do Sudão para o Afeganistão. Retrospectivamente, foi compreendendo que fenómenos que pareciam dispersos, como o atentado contra o World Trade Center em 1993, a presença na Bósnia de fundamentalistas islâmicos, o atentado contra Mubarak em Khartoum em Junho de 1995, para citar apenas alguns exemplos, tinham já o dedo de bin Laden. Até no famoso episódio na Somália, quando dezanove soldados americanos

foram mortos em Mogadishu, a Administração suspeitava que a Al-Qaida teria dado ajuda a Aidid.

A partir de 1998, com os atentados contra as embaixadas americanas no Quénia e na Tanzânia, a «conspiração do milénio», e o atentado contra o navio USS *Cole*, a Administração Clinton identificou a Al-Qaida como a mais urgente ameaça com que os Estados Unidos se confrontavam. Foi também a Administração Clinton que começou a articular o perigo de os movimentos terroristas terem acesso a armas de destruição maciça. O sentido de urgência de Clinton não seria contudo partilhado pela nova administração até ao 11 de Setembro, apesar de, como está comprovado, ter recebido avisos bastante concretos de que a Al-Qaida estava determinada a atacar nos EUA.

O livro de Clarke é um relato das trincheiras. Clarke é um guerrilheiro das guerras burocráticas de Washington, obcecado com bin Laden. À luz do material entretanto vindo a lume, em particular o relatório da comissão 9/11, as suas conclusões parecem às vezes exageradas quanto ao papel desempenhado por bin Laden na primeira metade dos anos 90. Todavia, o ponto central parece bem documentado: a centralidade de bin Laden como artífice de um movimento terrorista transnacional em torno de uma nova bandeira ideológica.

Bin Laden é, na origem, uma criatura dos serviços secretos sauditas, armado pela CIA para expulsar a União Soviética do Afeganistão. A sua ascensão começou com o papel de coordenador e financiador da resistência internacional à presença

soviética no Afeganistão. No final da guerra, bin Laden regressou triunfante à Arábia Saudita, como coordenador da legião estrangeira jihadista, função que exercia através do «Escritório Afegão de Serviços». Em 1990, quando o Iraque invadiu o Kuwait, bin Laden ofereceu à casa real saudita o seu exército de *mujaheddin*. A monarquia rejeitou a insolente oferta, optando, pelo contrário, por convidar os infiéis a defendê-la e a estabelecerem-se em força na terra santa. Bin Laden passou à oposição, entrou em conflito com a casa real e, em 1991, partiu para o Sudão, que se oferecera como base de operações para a Al-Qaida.

O atentado contra Mubarak em Khartoum, em Junho de 1995, desencadeou o processo que levaria à saída de bin Laden para o Afeganistão. A pressão exercida pelo Egipto sobre o Sudão tornou a presença de bin Laden em Khartoum insustentável. Mudou-se em 1996 para o Afeganistão, em aliança com o Mullah Omar, desempenhando um papel decisivo na conquista do poder pelos Taleban. A partir do Afeganistão, bin Laden tornou públicos os seus objectivos e reforçou a Al-Qaida através de novas alianças. O seu papel decisivo nos atentados do 11 de Setembro está documentado no relatório da comissão 9/11, em particular graças ao depoimento de Khalid Sheik Mohammed, o cérebro do atentado, hoje detido pelos EUA.

A CORTE DE BUSH

Quando George W. Bush, chegou ao poder, rodeou-se de um grupo de conselheiros para quem o Iraque era uma obsessão. O livro de Woodward oferece-nos

uma galeria de retratos desses homens e mulheres.

No centro dos acontecimentos está sempre a figura de Dick Cheney, na qualidade de mentor de Bush, protector de Rumsfeld e adversário de Colin Powell, com uma fixação em Saddam Hussein que o consumia como uma febre. Cheney opera na sombra. As conversas entre o Presidente e o Vice-Presidente são um dos aparentemente raros domínios reservados em que Woodward não penetrou.

Woodward apresenta o secretário de Estado como o grande derrotado no duelo que travou com Cheney a propósito do Iraque – o que de resto também sucedera na I Guerra do Golfo, quando Cheney era secretário da Defesa e Powell *Chairman of the Joint Chiefs of Staffs*. Powell esteve contra a aventura no Iraque desde o primeiro minuto. Certamente percebendo isso, Bush nunca lhe perguntou directamente se era a favor ou contra e ele nunca teve de lhe responder.

A linha protagonizada por Cheney e Rumsfeld, em aliança com a equipa de neoconservadores liderada por Wolfowitz, tinha provavelmente desde o início a simpatia do Presidente. Na discussão travada entre Powell e Cheney, não parece que figuras como Rice ou Tenet, que beneficiavam de uma extraordinária proximidade com Bush, tenham tido posições tão determinadas.

Logo após o 11 de Setembro, a Administração decidiu atacar o Afeganistão, mas o tema do Iraque sempre pairou, impondo-se como prioridade ainda não terminara a guerra no Afeganistão. Clarke conta como o Presidente o interpelou acerca do Iraque

logo no dia 12 de Setembro. Woodward estabelece que a primeira instrução dada por Bush e Rumsfeld para desenvolver o plano de guerra contra Iraque foi dada a 21 de Novembro de 2001, durante a fase final, já vitoriosa, da guerra no Afeganistão. Do livro de Woodward ressalta também a falta de preparação para o pós-guerra. A primeira vez que a questão foi formalmente posta à discussão com o Presidente ocorreu em 10 de Março de 2003, nove dias antes do início da guerra. Se o Presidente Bush tivesse dedicado a este tema uma maior fracção do tempo que gastou a inteirar-se dos planos militares, talvez alguns dos erros cometidos no pós-guerra pudessem ter sido evitados.

No final de Dezembro de 2001, quinze meses antes da guerra, a Administração já decidira implicitamente que o próximo objectivo era derrubar Saddam Hussein e que iria trabalhar em duas linhas paralelas: militar e diplomática. Essas duas políticas revelaram-se afinal contraditórias. O momento crucial ocorreu em Agosto de 2002 quando foi decidido recorrer às Nações Unidas para obter o retorno dos inspectores ao Iraque. Quem não se lembra do extraordinário debate travado em público pela Administração nesse mês?

Powell avisou Bush que enveredar por esse caminho podia alterar o desfecho do exercício, ou seja, evitar a guerra. Esse era precisamente o receio de Cheney, que fez tudo para impedir o regresso ao Conselho de Segurança. A Administração acabou por optar pela guerra, interrompendo o processo diplomático. Não se livra, em todo este exercício, da suspeita de má fé.

A diplomacia permitiu ganhar tempo para finalizar os preparativos militares e construir um *casus belli*: o *casus belli* não foi convincente antes da guerra – como resulta do resultado da votação da segunda resolução no Conselho de Segurança – e foi demolido depois dela. O resultado foi que no Iraque os Estados Unidos tiveram uma vitória militar e uma derrota diplomática. O preço da derrota diplomática foi muito alto: os Estados Unidos ganharam a guerra mas perderam a paz.

Destes dois livros resulta a ideia-força de que a invasão do Iraque foi um erro, uma investida na direcção errada, que em vez de circunscrever o alvo e concentrar nele os recursos disponíveis, o dispersa, abrindo novas frentes e dando mais argumentos ao inimigo na guerra ideológica. À luz de tudo o que hoje se sabe, que conclusões podemos tirar deste episódio? O Iraque parece ter-se tornado parte do problema e não parte da solução no combate ao terrorismo internacional. Abriu-se uma nova frente, que consome vastos recursos militares, sem se ter aparentemente diminuído a anterior, como o 11 de Março parece indicar.

O TERRORISMO DERROTA-SE COM A DEMOCRACIA?

Como fazer então para derrotar o terrorismo internacional inspirado no fundamentalismo islâmico, que permanece a ameaça mais urgente? Naturalmente que é preciso atacar directamente as células terroristas, activas e adormecidas, cujo número não conhecemos e talvez nem sequer imaginemos. Mas para derrotar politicamente o terrorismo, é necessário

também isolá-lo e desacreditá-lo no mundo islâmico. A guerra no Iraque só contribuiu para alimentar a sua popularidade.

Mesmo sem esta agravante, a tarefa nunca seria fácil. Podemos persistir, mas o fim não parece estar à vista – o conflito entre Israel e os palestinianos continuará a alimentar o ódio ao Ocidente e aos Estados Unidos da América. Depois há a crise que atravessa o mundo árabe, longe da democracia e do desenvolvimento, com multidões de jovens educados e desempregados, em busca de dignidade e reconhecimento. Tal é a força do ódio no Grande Médio Oriente contra o que é visto como o imperialismo americano – todas as sondagens o atestam –, que quaisquer tentativas de democratizar esses países têm provavelmente efeitos perversos. Se os Estados Unidos querem efectivamente governos eleitos (o que passa por democracia), devem estar preparados para governos de inspiração islamista.

Para isolar o terrorismo, é necessário reconhecer que nem todos os islamistas são terroristas. Se os islamitas forem para o poder, serão responsabilizados perante a comunidade internacional e perante o seu próprio povo. Poderão por essa via tornar-se mais moderados e responsáveis e sofrerão sem dúvida o desgaste da governação. Por outro lado, poderá ser mais fácil lidar com estados do que com organizações transnacionais como a Al-Qaida. Esta é, contudo, uma visão muito optimista. Não é certamente a lição que muita gente tira nos Estados Unidos do exemplo do Irão e da Arábia Saudita, os dois principais estados islamistas. Clarke lembra o papel do Irão em meados dos anos 90 em

actos terroristas e o relatório da comissão 9/11 indica que as ligações entre a Al-Qaida e o Irão iam provavelmente além das existentes com o Iraque.

São necessárias políticas determinadas para impedir os estados de darem guarida a organizações terroristas. Sobre esse ponto não parece haver dúvidas. Mais difícil será porventura estabelecer que organizações são terroristas. Que a Al-Qaida o seja não merece dúvidas. Mas, não obstante os atentados da sua responsabilidade em meados dos anos 90, poderemos ainda hoje incluir nessa categoria o Hizbollah? E mesmo que consideremos o Hamas uma organização terrorista, será que essa definição seria largamente aceite no mundo árabe?

Para ganhar a guerra ao terrorismo, o Ocidente terá de ter apoios no mundo islâmico. Em última análise, terão de ser os próprios países islâmicos a derrotar o terrorismo como forma de acção política. Por isso, o Ocidente não pode cair na tentação de identificar o inimigo com o Islão em geral. Dito isto, os apoios de que o Ocidente necessita devem ser estabelecidos com base em valores ou interesses? Seria mais satisfatório dizer valores mas é provavelmente mais realista responder interesses. Aqui chegamos a uma verdadeira encruzilhada. Consideramos nós efectivamente que os valores da democracia liberal, da igualdade entre os homens e as mulheres são valores universais ou devemos, pelo contrário, aceitar uma diferença cultural, mesmo que ela nos seja repugnante? José Cutileiro diz que nos anos 90, o Ocidente viveu acima das suas posses morais. Estaremos ainda nessa situação?

Para as perguntas que acabo de formular, receio que apenas existam respostas incertas e contingentes. Certo é que o 11 de Setembro pôs em marcha uma cadeia infernal de acontecimentos cujo fim não está à vista e cujas consequências não sabemos medir. Apenas intuímos que na guerra contra o terrorismo internacional e

nas guerras culturais que lhe estão associadas, no Ocidente e no Islão e entre o Ocidente e o Islão, a propósito de religião e laicismo, universalismo e particularismo, tolerância e fundamentalismo, se jogam questões essenciais para o nosso futuro colectivo como democracias. **RJ**

LISBOA, 31 DE JULHO DE 2004

NOTAS

¹ Richard A. Clarke, *Contra todos os Inimigos*, Lisboa, Difel, 2004.